



**Reunião Comissão Organizadora** - seleção de entidades civis que irão participar de grupo de trabalho de assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto - biênio 2015-2017

**Nomeação da Comissão Organizadora:** Portaria nº 2.477, de 6 de Outubro de 2015

**Pauta:** Habilitação das entidades inscritas no processo seletivo

**Local:** Sala 516, Edifício SIDERBRAS

**Data:** 07 de outubro de 2015

**Horário:** 10:00

**Participantes:**

- Camila Augusto Martins Alves – Membro da Comissão Organizadora;
- Thalita Carneiro Ary - Membro da Comissão Organizadora;
- Livia Silva dos Santos - Membro da Comissão Organizadora;
- Fabro Steibel - Pesquisador independente do Mecanismo de Avaliação Independente (Independent Reporting Mechanism - IRM).

## **Notas de aprendizado – Sugestões para o processo de habilitação**

Este documento relata boas práticas que podem ser usadas para melhoria do processo de eleição do grupo de trabalho de assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto.

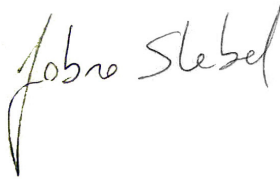
- O processo de validação do Edital é feito com base em formulário pré-definido. Este é responsável por: (a) verificar a adequação da inscrição aos critérios do edital e; (b) atestar a validação das informações. O formulário é suficiente para desempenhar a função destinada, porém sugerem-se as seguintes melhorias:
  - Criação de um formulário intermediário, livre de dados pessoais dos inscritos, que possa ser publicado para fins de transparência. Campos essenciais a serem incluídos são:
    - Sobre a descrição da entidade/instituição: nome da instituição, categoria de participação, modalidade de participação, site da instituição, nome dos representantes, e portfólio;
    - Tabela de verificação dos requisitos do edital: requisito verificado, procedimentos da análise e resultado da análise;
    - Tabela de parecer final, com todos os resultados parciais, e o resultado final;
    - Não há necessidade de incluir assinaturas nesse documento.
  - Para os casos em que não é necessário CNPJ dos inscritos, a tabela de verificação dos requisitos do item 3.7 do edital deve ser atualizada, pois apenas se adequa hoje aos inscritos que tem CNPJ. Isso inclui prever no processo de análise:
    - Inclusão de método de verificação sem CNPJ em todos os campos;
    - No campo de resultados, incluir a anotação N/A quando pertinente (ex: 3.7 a1, 3.7 a2, 3.7c).
  - No campo de verificação domiciliar, incluir verificação do endereço informado no ato de inscrição.
  - Incluir tabela de requisitos/procedimento/resultado sobre a análise do portfólio, referente a atividades ligadas aos desafios da OGP, abrangência federal, e princípios da OGP. Sempre que possível incluir detalhes das evidências (ex: links ou descritivos de citações do portfólio);
  - Inclusão no formulário de avaliação da data de envio da proposta, para certificar que está de acordo com a data limite de envio de propostas.

- É necessário atualizar o calendário para dar conta das novas necessidades incluindo data de pedido de esclarecimentos, publicação do resultado do processo, publicação dos habilitados para concorrer antes e depois da fase recursal.
- Foi identificado que nem sempre o portfólio incluído no sistema é completo. Para complementação da análise, a comissão utilizou dados incluídos nos sites oficiais enviados na proposta e/ou nos sites e páginas de redes sociais oficiais da instituição.
- É necessário incluir um processo de verificação do nome representante enviado pode responder pela instituição/entidade inscrita. A verificação pode ser feita em alguma das seguintes formas:
  - Uso de e-mail institucional do inscrito;
  - Menção ao nome do responsável em site oficial da instituição;
  - Contato telefônico institucional para confirmação.
- Existem alguns pontos do edital que não incorrem em inconsistências, mas que podem ser deixados mais claros. São eles:
  - Exige-se dos inscritos período de atividades mínima de 1 ano, verificada nos casos de CNPJ a partir da data de criação da entidade. Nos casos em que esse período seja inferior a um ano, ou que se trate de inscrito sem CNPJ e que o portfólio não detalhe atividades superiores a um ano, deve-se considerar como dados complementares da reputação do inscrito: experiência dos envolvidos na área e associação de autoria de atividades públicas da entidade.
  - Nota-se que há uma possível sobreposição das categorias de sindicatos/associações e entidades da sociedade civil. O motivo da sobreposição é que sindicatos e associações podem também ser classificados como entidades da sociedade civil. Nesse caso, a comissão optou por respeitar a inscrição original, e em edital futuro, evitar a sobreposição de categorias.
  - Percebe-se que o edital apenas colocou como requisito a abrangência nacional para entidades representativas, e não obrigou o mesmo requisito para as demais. Por isonomia, a comissão aceitou para todas as categorias a abrangência municipal como o mínimo critério necessário. Uma sugestão para o próximo edital é que candidatos devam ter como requisito, em todas as categorias, abrangência nacional.
  - Foram constatados casos em que o representante do candidato foi incluído em mais de uma ficha de inscrição. Como as inscritas são de categorias diferentes, e como o edital é aberto para instituições e não para pessoas físicas, entende-se que isso não é um problema para o processo seletivo.

Entende-se, porém, que caso sejam eleitas, um representante não pode representar mais de uma instituição ao mesmo tempo.

- A Resolução nº 1, de 18 de novembro de 2014 prevê a situação em que não há inscritos candidatos na eleição em uma categoria de entidade. O artigo 11, § 9º, define que: “na hipótese de inexistência de entidade civil habilitada na categoria para a qual tenha ocorrido o perdimento da vaga, caberá a redistribuição desta para outra entidade, independentemente do grupo ou segmento a que pertença, observada a ordem geral de classificação no processo seletivo”. Como a Resolução não especifica para qual segmento ou grupo a vaga deva ser redistribuída, indicando apenas o processo de seleção do candidato extra dentro do mesmo grupo ou segmento, sugere-se que:
  - o A vaga remanescente seja distribuída para o grupo ou segmento com maior relação candidato/vaga no processo eleitoral, de forma a dar mais representatividade ao grupo com maior demanda durante o período de validade da eleição.
- Há um erro no item 3.13 do edital. Onde se lê 3.13 deveria ser dito 3.12.
- O item 4.3 do Edital poderia ser aprimorado, e indicar que a quantidade de votos é relativa a quantidade de vagas. Por causa da redistribuição de vagas remanescentes, isso pode afetar a redação do artigo.

Brasília, 07 de outubro de 2015



---

**Fabro Steibel**  
Pesquisador independente do  
Mecanismo de Avaliação Independente (IRM)